

Hora extra na troca de turno

Direito é finalmente reconhecido pela Petrobrás. Mas a luta ainda não terminou

A FUP e os sindicatos do ES, RN, CE, PA, NF e BA assinaram o Termo Aditivo ao ACT para pagamento retroativo a junho de 2001 das horas extras realizadas na troca de turno. Os acordos só são assinados nacionalmente, após os trabalhadores negociarem, regionalmente, o tempo médio para troca de turno em cada unidade, como está previsto no ACT.

Devido às dificuldades que estão havendo em algumas refinarias para se chegar a um entendimento sobre o tempo médio para a troca de turno, a FUP agendou uma reunião entre os

sindicatos e a Gerência Executiva do ABAST/REF nesta terça (25). Neste mesmo dia, haverá também reuniões dos sindicatos com a Transpetro para tratar dos acordos nos terminais.

A hora extra na passagem de serviço é um direito dos trabalhadores garantido por lei, mas que a Petrobrás até então se recusava a cumprir. Apesar da empresa ter finalmente reconhecido na campanha reivindicatória as horas devidas aos petroleiros, a luta ainda não terminou. A FUP e os sindicatos continuarão reivindicando o pagamento retroativo a cinco anos, como reco-

nhece a Justiça Trabalhista. Também prosseguem ainda as discussões com a Petrobrás sobre as horas extras na jornada de sobreaviso.

CALENDÁRIO - A Petrobrás adiantará 60% do pagamento das horas extras da troca de turno, seguindo o calendário já divulgado pela FUP:

01/12 - acordos assinados até 19/11;
05/12 - acordos assinados até 25/11;
10/12 - acordos assinados até 01/12;
19/12 - ajustes finais dos 40% restantes e pagamento integral das HE aos trabalhadores cujos acordos forem assinados até 08/12.

Comissões previstas no ACT começam a se reunir dias 02 e 03/12

A FUP agendou com a Petrobrás reuniões nos dias 02 e 03 de dezembro para iniciar os trabalhos das Comissões que tratam sobre benefícios, regimes de trabalho, demissões e punições das greves de 94 e 95 e acompanhamento do ACT (veja o calendário no verso do boletim).

Na reunião de acompanhamento

do ACT, marcada para a tarde do dia 03, serão tratadas questões como PCAC, PLR, efetivo, terceirização, entre outros desdobramentos do Acordo. A FUP já orientou os sindicatos a realizarem setoriais para discutir propostas de um novo PCAC. As sugestões serão debatidas em um seminário nacional que a Federação fará em janeiro.

Anistia dos petroleiros deverá ser sancionada esta semana

Já está na Presidência da República, aguardando sanção, o projeto de lei que concede anistia aos trabalhadores da Petrobrás demitidos e punidos por participação em greves ocorridas entre setembro de 94 e setembro de 96. O projeto, de autoria do deputado federal Luciano Zica (PT/SP), foi aprovado no Congresso e tem prazo até o dia 29 para ser sancionado pelo presi-

dente Lula.

A FUP orientou os sindicatos a realizarem um levantamento de todas as demissões e punições políticas ocorridas entre setembro de 94 e setembro de 96. A anistia é o principal ponto de pauta que a Federação estará discutindo com a Petrobrás no próximo dia 03, durante a reunião da Comissão que trata de demitidos e punidos.

EXPLICAÇÃO SOBRE O DESCONTO DAAMS

A FUP reuniu-se com o RH da Petrobrás no dia 21 para cobrar explicações sobre o valor do desconto do Grande Risco da AMS no contracheque de novembro. Conforme o ACT, o reajuste das contribuições foi de 15,5%. A tabela foi unificada em setembro, levando em consideração as faixas de renda e de idade do empregado e do aposentado, além do número de dependentes. O objetivo é torna-la mais equilibrada e solidária. Quem ganha menos, contribui com menos.

No atual contracheque, a Petrobrás efetuou os descontos das contribuições de setembro, outubro e novembro. **Portanto, os valores descontados em novembro referem-se ao somatório dos três últimos meses.** Todas estas explicações, a pedido da FUP, estão minuciosamente detalhadas na petronet.

Sindipetro-PA participa de investigação do acidente que causou a morte de dois petroleiros no Amazonas

Teve início dia 15 o trabalho da Comissão da Petrobrás que está apurando as causas do acidente com um helicóptero no Amazonas, que causou a morte de dois petroleiros e deixou outros quatro trabalhadores feridos. A aeronave, da empresa Helisul, caiu no dia 13 próximo à cidade de Coari, no Amazonas, a 180 quilômetros de Urucu. O geofísico da Petrobrás, Henrique Otávio Poll, e o topógrafo da empresa SDR, Rosivaldo Aguiar Costa, perderam a vida no acidente.

O piloto Percy Jacobs, e o funcionário da SDR, Vanderli Moreira da Rocha, estão internados em estado crítico. Outros dois trabalhadores da SDR (Rubens de Jesus Dias Júnior e Renato Moris de Souza) já receberam alta médica. Todos trabalhavam na Equipe Sísmica 26.

O Sindipetro-PA está participando das investigações que a Petrobrás está fazendo sobre as causas do acidente. A Comissão já ouviu os trabalhadores que sobreviveram à queda do helicóptero e as pessoas que participaram do

resgate. O Departamento de Aviação Civil da Aeronáutica também instalou uma comissão para investigar o acidente.

Duas quedas em 4 meses

Este foi o segundo acidente fatal com aeronáveis a serviço da Petrobrás, em apenas quatro meses. No dia 05 de julho, um helicóptero da empresa BHS caiu na Bacia de Campos, matando um trabalhador da Petrobrás e dois prestadores de serviço, além do piloto e do co-piloto. O relatório da Comissão de investigação da Petrobrás, que teve participação do Sindipetro-NF, recomendou que as empresas contratadas passem a treinar suas tripulações também em simulador de vôo, além de melhorar a comunicação com o pessoal de terra.

Este ano, 13 trabalhadores perderam a vida em acidentes na Petrobrás (destes, dez eram de empresas terceirizadas). Desde 1998, a FUP e os sindicatos já registraram 138 mortes de trabalhadores na empresa, dos quais 105 eram prestadores de serviço.

FIQUE DE OLHO

CNQ assina ACT dos químicos de São Paulo

Os trabalhadores do ramo químico das bases de São Paulo, ABC, Guaratinguetá, São José dos Campos e região e do Sindicato Unificado de Campinas, Osasco e Vinhedo aprovaram a proposta apresentada pela Fiesp que garante 16% de reajuste, piso salarial de R\$ 520,00 e PLR de R\$ 380,00. O Acordo foi assinado pela CNQ e pelos sindicatos no dia 18.

Na Bahia, químicos e petroquímicos continuam em luta

Em campanha desde setembro, os trabalhadores do ramo químico e petroquímico da Bahia já rejeitaram há mais de um mês a proposta de 13% de reajuste apresentada pelas empresas do setor, que, desde então, vêm recusando-se a avançar nas negociações. Principal controladora do setor petroquímico no estado, a Odebrechet tem tido uma postura discriminatória em relação aos trabalhadores baianos, insistindo em 13% de reajuste, enquanto suas empresas no Sudeste e no Sul estão fechando acordos que repõem a inflação do período. Além disso, a empresa vem desrespeitando e atacando a organização sindical dos trabalhadores, tentando, por exemplo, impedir o direito à greve. Mas os trabalhadores não se intimidaram e seguem na luta, realizando mobilizações para arrancar das empresas salários decentes e o respeito que a categoria merece.

Calendário de reuniões da FUP

- 01/12 - reunião da direção;
- 02/12 - reuniões das comissões conjuntas com a Petrobrás (Benefícios, pela manhã, e Regimes de Trabalho, à tarde);
- 03/12 - comissões Demitidos 94 e 95/Punições (manhã) e Acompanhamento do ACT (tarde)

GT-PETROS: FUP quer anulação definitiva da migração de aposentados para o PPV

Nas reuniões dos dias 10 e 13 do Grupo de Trabalho Petros, a FUP discutiu o fim de todas as disposições que existem no regulamento do Plano Petrobrás Vida referentes à migração de aposentados. A proposta dos representantes da FUP é que o Conselho Deliberativo da Petros altere o regulamento do PPV neste sentido, submetendo-o, em seguida à Secretaria de Previdência Complementar.

Como sabemos, o PPV continua suspenso através de liminar judicial. A alteração do regulamento do Plano seria o pontapé inicial para que a Petrobrás corrija as distorções causadas pelo pagamento de incentivo fi-

nanceiro aos aposentados que migraram. A proposta da FUP é que todos os aposentados recebam três benefícios brutos, com os devidos descontos para os que receberam o incentivo migração. A Petrobrás alegou que esta é a questão mais complexa que vem sendo tratada no Grupo, mas que continuará discutindo a melhor forma jurídica de resolver o problema.

A próxima reunião do GTPetros é nesta segunda (24), quando prosseguem as discussões também sobre limite de idade 78/79, correção do cálculo das suplementações e pensões, inclusão de trabalhadores novos no Plano Petros e outras questões.